

AXS ENERGIA UFV GOIÁS SPE S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2024

AXS ENERGIA UFV GOIÁS SPE S.A.

Demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2024

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos  
Cotistas e Administradores da  
AXS Energia UFV Goiás SPE S.A.  
Florianópolis - SC

### Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da AXS Energia UFV Goiás SPE S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da AXS Energia UFV Goiás SPE S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

## Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;

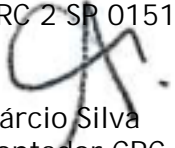


Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Florianópolis, 06 de maio de 2025.



BDO RCS Auditores Associados Ltda.  
CRC 2 SP 015165/0-8 - S - SC

  
Márcio Silva  
Contador CRC 1 RS 078817/O-2 - S - SC

# AXS ENERGIA UFV GOIÁS SPE S.A.

## Balanço patrimonial

Em 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de Reais)

Ativo			Passivo e Patrimônio Líquido		
	Nota	31/12/2024		Nota	31/12/2024
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	3	45	Empréstimos e financiamentos	7	19.145
Fundo de obras   liquidez	3	142.883	Partes Relacionadas	6.3	7.989
Outros ativos		3.601	Passivo de arrendamento	5	395
Total do Circulante		146.528	Outros passivos		14
Não circulante			Total do Circulante		27.543
Imobilizado	4	144.443	Não circulante		
Partes relacionadas	6.2	728	Empréstimos e financiamentos	7	175.722
Ativo de direito de uso	5	21.924	Partes relacionadas	6.3	78.675
Total do Não Circulante		167.094	Passivo de arrendamento	5	21.682
Total do ativo			Total do Não Circulante		276.080
		313.622	Patrimônio Líquido		
			Capital social	8.1	10.000
			Total patrimônio líquido		10.000
			Total do passivo e patrimônio líquido		
					313.622

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis.

# AXS ENERGIA UFV GOIÁS SPE S.A.

## Demonstrações do resultado

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de Reais)

	<u>31/12/2024</u>
Receita Líquida	-
(-) Custo dos serviços prestados	-
Lucro bruto	<u>-</u>
Despesas operacionais	-
Despesas comerciais	-
Despesas administrativas	-
Depreciação e amortização	-
Outras despesas operacionais	-
Lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização	<u>-</u>
Depreciação e amortização	-
Depreciação ativo de direito de uso	-
Depreciação custas/despesas financeiras	-
Lucro antes das receitas (despesas) financeiras e impostos sobre o lucro	<u>-</u>
Receitas financeiras	-
Despesas financeiras	-
Prejuízo Líquido do Exercício	<u><u>-</u></u>

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis.

AXS ENERGIA UFV GOIÁS SPE S.A.  
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE  
Em 31 de dezembro de 2024  
(Em milhares de Reais)

---

	31/12/2024
Resultado do exercício	-
Outros resultados abrangentes	-
Total do resultado abrangente do exercício	-

---

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis.

---

AXS ENERGIA UFV GOIÁS SPE S.A.  
 DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO  
 Em 31 de dezembro de 2024  
 (Em milhares de Reais)

	Capital social		Prejuízo do exercício	Patrimônio líquido
	Capital social subscrito	(-) Capital a integralizar		
Saldo em 31 de dezembro de 2023	10	(10)	-	-
Aumento de capital	9.990	10	-	10.000
Prejuízo do período	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	10.000	-	-	10.000

# AXS ENERGIA UFV GOIÁS SPE S.A.

## Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercício e período findos em 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de Reais)

	<u>31/12/2024</u>
Prejuízo do exercício	-
Itens que não afetam o caixa operacional	
Custas financeiras apropriadas no ativo imobilizado	(9.334)
Baixa de imobilizado	-
Juros provisionados sobre arrendamento	849
Juros provisionados sobre financiamento e empréstimos	(7.694)
	<u>(16.179)</u>
Aumento/(redução) das contas de ativo e passivo	
Redução/(aumento) de outros ativos	(3.601)
Aumento/(redução) de outros passivos	14
Total das variações no capital circulante	<u>(19.766)</u>
Caixa líquido das atividades operacionais	<u>(19.766)</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos	
Transações com partes relacionadas	85.937
Fundo de liquidez	(142.883)
Aquisição de imobilizado	(133.911)
Capitalização de despesas pré-operacionais	(1.157)
Caixa líquido das atividades de investimentos	<u>(192.013)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos	
Aporte de capital dos acionistas	9.990
Captação de Empréstimos e financiamentos	194.867
Pagamentos realizados para contratos de arrendamentos	(1.819)
Pagamento de custas financeiras apropriadas no ativo imobilizado	(41)
Caixa líquido das atividades de financiamentos	<u>202.997</u>
(Redução)/aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u>(8.782)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	45
(Redução)/aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u>45</u>

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis.

## 1. Contexto operacional

A AXS Energia UFV Goiás SPE S.A. (“Companhia” ou “UFV Goiás SPE”), é uma empresa constituída 16 de maio de 2022 como uma sociedade limitada, posteriormente em 29 de julho de 2024 foi transformada em sociedade anônima de capital fechado. A encontrando-se sediada no município de Água Fria de Goiás, GO, na Fazenda Polônia – Outros, GO 118, km 91, s/n e tem como objetivo a locação e a gestão de usinas de minigeração solar fotovoltaica, podendo promover a locação de máquinas e equipamentos elétricos, painéis solares, entre outros.

## 2. Apresentação das demonstrações contábeis

### 2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis para o exercício findo em 2024 foram preparadas de acordo com as práticas adotadas no Brasil (BRGAAP), emitidas pelo comitê de pronunciamentos contábeis e Lei 6.404/76.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, o qual é geralmente baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

As demonstrações contábeis foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis, apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis.

Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do imobilizado e do intangível e de sua recuperabilidade nas operações, ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa, assim como a análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

A autorização para conclusão da preparação destas demonstrações contábeis ocorreu na reunião de diretoria realizada no mês de abril de 2025 e será aprovada em Assembleia do Conselho de Administração em data posterior.

## 2.2. Consolidação

As controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que a Companhia obtém seu controle. O controle é obtido quando a Companhia estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar estes retornos por meio do poder exercido em relação à investida.

Especificamente, a Companhia controla uma empresa se, e apenas se, tiver:

- Poder em relação à investida.
- Exposição ou direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida.
- A capacidade de utilizar seu poder em relação à investida para afetar o valor de seus retornos.

A Companhia avalia se exerce controle ou não de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem que há mudanças em um ou mais dos três elementos de controle elencados acima. Eventual alteração na participação societária da controlada, sem perda de exercício de controle, é contabilizada como transação patrimonial.

Para a consolidação, os seguintes critérios são adotados: (i) são eliminados os investimentos em empresas controladas, bem como os respectivos resultados das equivalências patrimoniais e (ii) os lucros provenientes de operações realizadas entre as empresas, assim como os correspondentes saldos de ativos e passivos, são eliminados. (iii) as informações contábeis das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que da Companhia, utilizando políticas contábeis consistentes.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercício findo em 31 de dezembro de 2024  
(Em milhares de Reais)

---

As demonstrações consolidadas incluem as informações da Companhia e das seguintes investidas:

Empresa	Tipo de operação	País	Participação (%)	
			Dez.24	Dez.23
Consórcio AXS Energia Unidade 07	Locação de Usina Fotovoltaica	Brasil	100%	100%

### 2.3. Regime de reconhecimento da receita e base de mensuração

O critério adotado para o reconhecimento/apropriação dos ativos e passivos, das receitas e despesas e/ou custos é o regime de competência.

#### Prestação de serviços

As receitas são reconhecidas na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possam ser mensuradas de forma confiável. As receitas são mensuradas com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo-se descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas e prestação de serviços.

A Companhia avalia as transações de receitas de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita.

#### Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, a receita financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na Rubrica "Receita financeira", na demonstração do resultado.

### 2.4. Impostos

#### Impostos correntes

A Companhia é tributada pelo lucro real. A alíquota do IR é de 15% sobre a base de lucro tributável, acrescida do adicional de 10%, sobre o excedente a R\$ 240, conforme determina a legislação vigente. A alíquota da contribuição social sobre o lucro tributável é de 9%.

#### Impostos sobre prestação de serviços

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre venda, exceto:

- Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que os impostos sobre vendas são reconhecidos como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;
- Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados junto com o valor dos impostos sobre vendas.

O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

As receitas de vendas das operações realizadas no Brasil estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Imposto	Contribuição	Alíquota (%)
PIS	Programa de Integração Social	1,65
COFINS	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	7,60
ISSQN	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (variável)	5,00

## 2.5. Instrumentos Financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) deixa de ser reconhecido quando: (i) os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram, ou (ii) a Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e houve a transferência substancial de todos os riscos e benefícios do ativo, ou não houve a transferência nem retenção substancial de todos os riscos e benefícios do ativo, mas ocorreu a transferência do controle do ativo.

Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ele avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiram nem retiveram substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiram o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Neste caso, reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Companhia.

O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre: (i) o valor do ativo; e (ii) o valor máximo da contraprestação recebida que a entidade pode ser obrigada a restituir (valor da garantia).

#### Passivos financeiros

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados, pela Companhia, em duas categorias:

- Passivos financeiros ao custo amortizado.
- Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação deixa de reconhecida no passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

#### Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial combinado se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

#### 2.6. Custos dos empréstimos

Custos dos empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa do período em que são incorridos. Custos de empréstimos compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

#### 2.7. Ativo de direito de uso e Passivo de arrendamento

A Companhia, na mensuração e remensuração de seu passivo de arrendamento e do direito de uso, procedeu ao uso da técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação futura projetada nos fluxos a serem descontados, conforme vedação imposta pelo CPC 06 (R2) - Arrendamentos.

##### i. Ativo de direito de uso

O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor do passivo de arrendamento reconhecido, os custos iniciais incorridos e os pagamentos de arrendamento realizados até a data de início, menos quaisquer incentivos recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos. Como a Companhia ainda está em fase inicial do projeto, não foi considerada a transferência de titularidade ao final do prazo do arrendamento dos terrenos.

##### ii. Passivo de arrendamento

Os passivos de arrendamento são mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento, os quais incluem pagamentos fixos menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber. Não há pagamentos variáveis por se tratar de contratos de longo prazo com parcelas fixas, sendo atualizados pelos índices contratuais nas datas de aniversário de cada contrato.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia utiliza a sua taxa de empréstimo na data de início porque a taxa de juros implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados.

Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado na ocorrência de determinados eventos, como por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos.

A Companhia reconhece separadamente as despesas com juros sobre o passivo de arrendamentos e a despesa de depreciação do ativo de direito de uso.

2.8. Adoção de pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações novas e/ou revisadas

i. CPC 26 (R1) (IAS 1 e IFRS Practice Statement 2) – “Divulgação de políticas contábeis”

Em fevereiro de 2021 o IASB emitiu nova alteração ao IAS 1 sobre divulgação de políticas contábeis "materiais" ao invés de políticas contábeis "significativas". As alterações definem o que é "informação de política contábil material" e explicam como identificá-las. Também esclarece que informações imateriais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. Para apoiar esta alteração, o IASB também alterou a "IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements" para fornecer orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil.

ii. CPC 23 (IAS 8) – “Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro”

A alteração emitida em fevereiro de 2021 esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercício findo em 31 de dezembro de 2024  
(Em milhares de Reais)

3. Caixa e equivalentes de caixa e caixa restrito

	<u>31/12/2024</u>
Caixa e equivalentes de caixa	45
Aplicações financeiras	31.019
Fundo de reserva - Obras	111.864
	<u>142.928</u>

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins, sendo que a Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor, sendo que estão representadas por aplicações financeiras em certificados de depósito bancário e são resgatáveis em prazo inferior a 90 dias da data das respectivas operações.

As aplicações são classificadas como equivalente de caixa, conforme a descrição do CPC 3.

4. Imobilizado

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2024</u>			<u>Imobilizado Líquido</u>
	<u>Imobilizado Líquido</u>	Adições	Baixas	Depreciação	
Em curso					
UFV Abadiânia	-	13.409	-	-	13.409
UFV Anápolis	-	12.133	-	-	12.133
UFV Anicuns	-	8.600	-	-	8.600
UFV Araçu	-	7.325	-	-	7.325
UFV Bela Vista de Goiás I	-	9.593	-	-	9.593
UFV Goianira II	-	8.072	-	-	8.072
UFV Goiatuba I	-	7.572	-	-	7.572
UFV Goiatuba II	-	7.846	-	-	7.846
UFV Heitorai	-	10.745	-	-	10.745
UFV Itarumã	-	8.075	-	-	8.075
UFV Itauçu	-	10.188	-	-	10.188
UFV Montes Claros de Goiás	-	19.428	-	-	19.428
UFV Mutunópolis	-	6.324	-	-	6.324
UFV Nova Crixás II	-	8.054	-	-	8.054
UFV Paranaiguara	-	7.079	-	-	7.079
	<u>-</u>	<u>144.443</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>144.443</u>
Imobilizado líquido	<u>-</u>	<u>144.443</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>144.443</u>

O imobilizado é registrado pelo valor de custo, o qual é formado pelo custo de aquisição, formação ou construção, adicionado de juros e demais encargos financeiros incorridos durante a construção ou desenvolvimento de projetos, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercício findo em 31 de dezembro de 2024  
(Em milhares de Reais)

Por ainda estão 100% em fase de implantação, não houve depreciação a apurar durante o ano de 2024.

O valor residual e vida útil dos ativos são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Os gastos incorridos com manutenção e reparo são contabilizados somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável, enquanto os demais gastos são registrados diretamente no resultado quando incorridos.

A Companhia e suas controladas declaram que não possuem: (i) ativos imobilizados que estejam temporariamente ociosos; (ii) ativos imobilizados retirados de uso e não classificados como mantidos para venda.

5. Direito de uso de superfície

Companhia detém contratos de arrendamento de ativos dos terrenos onde se localizam a construção das Usinas Fotovoltaicas. O prazo médio de arrendamento é de trinta anos e pode ser prorrogado a qualquer momento.

A Companhia aplicou a norma do IFRS 16 para o registro do direito de uso de superfície e passivo de arrendamento, dividindo-o o lançamento no curto e longo prazo.

As taxas de desconto foram obtidas baseando-se nas taxas médias vinculadas às captações de dívidas em cada unidade de negócio, conforme segue:

Taxa média aplicada	Taxa anual (%)	Taxa mensal (%)
Contratos celebrados em 2021		
Até 30 anos	10,51%	0,84%
Contratos celebrados em 2022		
Até 20 anos	9,25%	0,74%
De 21 a 25 anos	10,13%	0,81%
De 26 a 30 anos	10,51%	0,84%
Contratos celebrados em 2023		
Até 25 anos	11%	0,87%
De 26 a 30 anos	10,51%	0,84%

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercício findo em 31 de dezembro de 2024  
(Em milhares de Reais)

---

A seguir, seguem os quadros de registro e movimentações de saldos:

Ativo de direito de uso	
Saldos em 31 de dezembro de 2023	-
(+) Saldo de registro inicial dos contratos	21.595
(+) Atualização monetária dos contratos	896
(-) Depreciação dos ativos de direitos de uso no período	(568)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	<u>21.924</u>
Passivo por arrendamento	
Movimentação	
Saldos em 31 de dezembro de 2023	-
(+) Saldo de registro inicial dos contratos	21.595
(+) Atualização monetária dos contratos	896
(+) Juros do período	1378
(-) Contraprestação paga	(1.792)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	<u>22.077</u>
Circulante	395
Não Circulante	21.682
Total	<u>22.077</u>
Taxa de desconto vigente	
Taxa mínima	<u>4,39%</u>
Taxa máxima	10,40%

## 6. Partes relacionadas

### 6.1. Administradores

A remuneração do pessoal-chave da Administração, que inclui os quatro diretores executivos e um conselho consultivo composto por cinco integrantes, é controlado diretamente na AXS Energia SA, corresponde a benefícios de curto prazo e encargos previdenciários. A Companhia não possui planos de remuneração pós-emprego, de rescisão, ou baseada em ação ou outros benefícios de longo prazo.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercício findo em 31 de dezembro de 2024  
(Em milhares de Reais)

---

6.2. Saldos com partes relacionadas – ativo

Parte Relacionada	Natureza	31/12/2024
AXS Energia Unidade 10 SPE	Reembolso de despesas	728
		728

- (i) Rateio de despesas cobradas ao Consórcio em 2024 para cobertura do resultado no ano.

6.3. Saldos com partes relacionadas – passivo

Parte Relacionada	Natureza	31/12/2024
AXS Participações	Mútuo	77.026
Araxá Engenharia	Gerador fotovoltaico	3.714
AXS Energia UFV Goiás SPE	Reembolso de despesas	4.275
AXS Energia (Holding)	Reembolso de despesas	1.649
		86.664
	Circulante	7.989
	Não circulante	78.675
		86.664

- (i) Juros passivos rateados pela controladora, tendo as condições do mútuo idênticas a dívida sênior na AXS Participações, sendo remunerada pela mesma taxa de juros previstas na emissão têm como base a NTN-B 30 com vencimento em 9 anos.
- (ii) Saldo de notas de equipamentos a pagar à Araxá Engenharia relativo a 15 UFVs.
- (iii) Reembolso de despesas pagas pelo AXS Energia Unidade 10 SPE S.A. e cobrado no decorrer de 2024.
- (iv) Reembolso de despesas pagas pela AXS Energia e cobrado no decorrer de 2024.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercício findo em 31 de dezembro de 2024  
(Em milhares de Reais)

7. Empréstimos e financiamentos

As contas de empréstimos e financiamentos são compostas pelas operações financeiras individualizadas, com as respectivas taxas, encargos, valores e demais dados, conforme demonstrado a seguir:

Modalidade	Saldos em 31/12/23	Captação	Amortização principal	Encargos e atualização monetária	Encargos pagos	(-) Custas de transação de empréstimos	Saldos em 31/12/24
Moeda Nacional							
Mensuradas ao custo							
IPCA	-	196.000	-	7.694	-	(8.827)	194.867
Total ao custo	-	196.000	-	7.694	-	(8.827)	194.867
Passivo circulante	-						19.145
Passivo não circulante	-						175.722

Os detalhes dos empréstimos e financiamentos estão demonstrados a seguir:

Modalidade	Encargos financeiros anuais	31/12/2024	Vencimento
Mensuradas ao custo - Pós fixado			
IPCA	IPCA + 10,40%	194.867	12/2041

Em 15 de setembro de 2024, a controlada AXS Energia UFV Goiás SPE S.A. aprovou a 1º (primeira) emissão de debêntures série única para financiamento de usinas fotovoltaicas no montante de R\$ 196 milhões.

Foram emitidas 196.000 (cento e noventa e seis mil) Debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única, com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (mil reais) na Data de Emissão, totalizando o montante de R\$ 196.000.000,00 (cento e noventa e seis milhões de reais).

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercício findo em 31 de dezembro de 2024  
(Em milhares de Reais)

O cronograma de pagamento das parcelas dos empréstimos e financiamentos estão demonstrados a seguir:

Vencimento	Consolidado
2027	7.102
2028	8.381
2028	8.994
2029	9.691
2030 a 2041	169.526
Total	203.694

## 8. Patrimônio líquido

### 8.1. Capital social

O capital social da Companhia era de R\$ 10, dividido em 4 (quatro) quotas nominativas a integralizar em moeda corrente nacional, com valor nominal de R\$ 2,5 cada uma.

Em agosto de 2024 foi decidido em ata de AGE, processo em registro na Junta, pelo aumento do capital social no valor de R\$ 9.990, aumentando o capital social da Companhia para R\$ 10.000, dividido em 4.000 (quatro mil) quotas nominativas integralizadas em moeda corrente nacional, com valor nominal de R\$ 2.500 cada uma.

## 9. Eventos subsequentes

Encontram-se em construção 15 usinas fotovoltaicas e a previsão de entrada em operação comercial durante o ano de 2025 está descrita, conforme tabela abaixo:

Empresa	UFV	Conexão
AXS Energia Unidade 10 SPE S.A.	UFV Montes Claros de Goiás I (*)	07/04/2025
AXS Energia Unidade 10 SPE S.A.	UFV Anicuns	23/05/2025
AXS Energia Unidade 10 SPE S.A.	UFV Abadiânia I	29/05/2025
AXS Energia Unidade 10 SPE S.A.	UFV Anápolis	28/08/2025
AXS Energia Unidade 10 SPE S.A.	UFV Paranaiguara	14/11/2025
AXS Energia Unidade 10 SPE S.A.	UFV Heitorai	06/12/2025
AXS Energia Unidade 10 SPE S.A.	UFV Goiatuba I	19/12/2025

(\*)Usina conectada conforme previsão.